



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Sessão de Comunicação “Educação Inclusiva - Estratégias e Recursos de Ensino”

PROJETO DE PARCERIA E APOIO APAE/ESCOLA REGULAR

Lucimara Santos de Melo Ferreira

APAE – Pará de Minas

Ana Paula Valverde Pedrosa

APAE – Pará de Minas

Daniela Marinho de Brito

APAE – Pará de Minas

Geralda Leda Pereira e Silva

APAE Pará de Minas

Ivanilson Eleutério

APAE – Pará de Minas e Secretaria Municipal de Educação

Kênia Augusta Marques Almeida

Secretaria Municipal de Educação

Luciana Medina

APAE – Pará de Minas

Nícea Ribeiro

APAE – Pará de Minas

Rosane Moraes Pimenta

APAE – Pará de Minas

Solange Araújo Oliveira e Silva

APAE – Pará de Minas

Rua Inocência III, 340 – São Francisco – Pará de Minas – MG – CEP: 35661-181

Telefone/Fax: (37) 3232-1024

E-mail: apae@apaepm.org.br

Resumo

Este artigo apresenta o PROPAER, Projeto em curso na APAE –Pará de Minas. Fruto de reflexões e da prática, o PROPAER busca desenvolver ações afirmativas para a diminuição/superação de dificuldades de adaptação, aprendizagem e desempenho de alunos matriculados em escolas regulares.

Palavras-chave: inclusão; apoio; aprendizagem; serviços.

Summary

This article shows the PROPAER, a Project which is running APAE – Pará de Minas. This project was born from the reflection and practice and it intends to develop positive actions to minimize difficulties of adaptations, learning and performance of students from regular schools.

Key words: inclusion; support; learning.

I - Introdução: um pouco de história

Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente, a teoria e a prática dominantes, relativas ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos, defendiam a organização de escolas e/ou de classes especiais, separando essa população dos demais alunos. Nem sempre, mas em muitos casos, a escola especial desenvolvia-se em regime residencial e, conseqüentemente, a criança, o adolescente e o jovem eram afastados da família e da sociedade. Esse procedimento conduzia, invariavelmente, a um aprofundamento do preconceito.

Essa tendência, que foi senso comum no passado, reforçava não só a segregação de indivíduos, mas também os preconceitos sobre as pessoas que fugiam do padrão de *normalidade* – padrão social, histórica e culturalmente construído. A irresponsabilidade dos sistemas de ensino para com essa parcela da população e as omissões e/ou insuficiência de informações acerca desse alunado, nos cursos de formação de professores, agravavam a situação.

Nesse cenário, surgiu o movimento de integração escolar como tentativa de eliminar os preconceitos e de integrar os alunos com deficiências nas escolas comuns do ensino regular.

Esse movimento caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais - integração parcial -, na preparação do aluno para a integração total na classe comum. Ocorria, com freqüência, o encaminhamento indevido de alunos para as classes especiais que, conseqüentemente, eram submetidos a uma rotulação preconceituosa.

O aluno, nesse processo, tinha que se adequar à escola, que se mantinha inalterada. A integração total na classe comum só era permitida para aqueles alunos que conseguissem acompanhar o currículo ali desenvolvido. Tal processo, no entanto, impedia que a maioria das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais alcançassem os níveis mais elevados de ensino. Eles engrossavam, dessa forma, a lista dos excluídos do sistema educacional.

II - Educação Inclusiva: a mudança de paradigma

Tem-se discutido e divulgado a necessidade de uma mudança urgente no âmbito educacional, que assegure, dentro de um processo de inclusão social/escolar, uma Educação para Todos.

Este processo de inclusão tem-se baseado em documentos de âmbito internacional, entre eles, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Junteim, Tailândia, 1990) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994). No cenário brasileiro, a LDBEN 9394/96 - Artigos 12 (V e VI), 13 (III, IV e VI), 24 (V e VII), 32 (I e V), 58 e 59 (I e II) e os PCNs

(1999). Especificamente em Minas Gerais, a Escola Sagarana e a Resolução 451 do Conselho Estadual de Educação.

Na era atual, batizada como a era dos direitos, pensa-se diferentemente acerca das necessidades educacionais de alunos.

A ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão, que vem sendo debatida e exercitada em vários países, entre eles o Brasil.

Hoje, a legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais *preferencialmente* em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

De um modo geral, podemos dizer que estamos vivenciando uma época de discussão/transição de uma sociedade segregacionista – integrativa para uma sociedade inclusiva, que nos possibilita uma nova visão de mundo.

Nesse sentido de questionamentos e dúvidas, termos como subjetividade, respeito às diferenças, educar na diversidade, trabalho coletivo, parceria entre as Escolas Especiais e Regulares vêm se intensificando.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de uma sociedade democrática.

Nesse cenário, entende-se por inclusão a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade em todas as dimensões da vida.

É nesse contexto, fecundo e dinâmico, que começamos a ouvir entre nós a expressão *Educação Inclusiva* - que não se restringe apenas à inclusão das Pessoas Portadoras de Deficiência no ensino comum. Ela se apóia em uma visão ampliada do processo de ensino e de aprendizagem.

O convívio escolar permite a efetivação das relações de respeito, identidade e dignidade.

Como bem assinala CORREA (2001 p.156 e 157):

(...) A teoria construtivista oferece possibilidades para compreender que o processo de aprendizagem do aluno ocorre na interação com o conhecimento, o professor e os colegas de sala. Esse processo caracteriza-se por ser contínuo na direção de patamares de conhecimento cada vez mais elevados, através de equilíbrios-desequilíbrios-reequilíbrios das estruturas assimilativas. Não é possível determinar e controlar o momento de construção de novos esquemas assimilativos. Para atingir a construção do conhecimento, o aluno tem que superar as dificuldades (...) Nós, educadores também estamos em processo de aprendizagem, de um novo modo de ver e trabalhar com o sujeito da aprendizagem (aluno da pedagogia ou sujeito aprendiz, de Fernandez 1991) e encontramos dificuldades cognitivas para construir novos esquemas assimilativos. Não é uma tarefa fácil transformar as atividades didáticas em instrumentos, a partir de princípios construtivistas, que propiciem a aprendizagem do aluno, levando-se em conta as demandas sociais, as características de cada grupo de alunos e os conteúdos a serem estudados (...) porque esse processo é progressivo e contínuo, não ocorre de uma hora para outra. Para o progresso dessa tarefa são precisos uma mudança conceitual e um desejo. Desejo de mudanças na organização do planejamento didático, que passe a visar e respeitar o processo de aprendizagem, dirigindo o olhar para as possibilidades (...)

Dessa forma, a educação inclusiva é uma proposta que requer disponibilidade para mudanças e revolução de paradigmas. Não significa apenas colocar pessoas *diferentes* num lugar em que não costumavam estar - a classe regular.

Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais, rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação.

Isso, logicamente, exige uma reviravolta estrutural na sociedade como um todo. O conceito de inclusão parte de outro paradigma, no qual a deficiência não constitui responsabilidade exclusiva de seu portador, cabendo à sociedade modificar-se para propiciar uma inserção total de quaisquer indivíduos, independentemente de seus déficits ou necessidades.

O processo de inclusão, entretanto, não é facilmente alcançado apenas mediante a instauração de uma lei. Tampouco pode ser concluído rapidamente.

Exige uma série de medidas e mecanismos para impor sua prática.

Tais mecanismos dependem de se ultrapassarem as condições atuais de estruturação do ensino escolar regular. Entre outras medidas, para que isso ocorra, a Política Nacional da Educação Especial recomenda que o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular deve contar com o apoio de profissionais especializados do Centro de Educação Especial para a organização de um ensino itinerante. Essa equipe de

trabalho tem como principal objetivo preparar a comunidade escolar para receber as pessoas com de deficiência saídas dos centros de educação especial.

A literatura especializada e as pesquisas realizadas na área da inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino aponta que a grande maioria dos professores acredita que necessitam de orientações de profissionais especializados para lidar com esses alunos – os incluídos. Os professores geralmente não se consideram dessa área, afirmando tratar-se de uma experiência nova.

Esses dados mostram que os professores do ensino regular necessitam do apoio sistemático dos profissionais especializados, para garantir-lhes segurança em sua atuação profissional com as pessoas deficientes, uma vez que não se julgam (in)formados para trabalhar com a educação especial.

III - APAE - Pará de Minas: um recorte na história

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas, fundada em 1969, vem há aproximadamente dezoito anos desenvolvendo trabalhos voltados para inclusão da pessoa com deficiência, sendo testemunha e protagonista dessas transformações ocorridas na história.

Na APAE – Pará de Minas, o ano de 1986 pode ser considerado marco inicial de uma revolução dos trabalhos na comunidade. Nesse ano, a APAE e as escolas regulares desse município abriram para o diálogo e o trabalho conjunto, com objetivo de melhor atender ao aluno com deficiência.

Em 1989, o primeiro aluno portador de paralisia cerebral ingressou no Ensino Regular, tornando-se pioneiro no processo de inclusão.

Ao longo desse trabalho, vários mitos existentes sobre a deficiência caíram por terra. A Escola Regular tornou-se mais consciente de seu papel, e os encaminhamentos à APAE passaram a ser mais bem avaliados.

De 1990 a 1992, a APAE estruturou o Projeto TER- Trabalhando com as Escolas Regulares. E em 1991, dentro do Projeto, foi criada uma equipe multiprofissional itinerante

com o objetivo principal de avaliar alunos com suspeita de risco para ocorrência de deficiência. Esse Projeto proporcionou orientações psicopedagógicas às escolas, auxiliando-as no trabalho com os alunos.

Em 1993, criou-se a CADI - Coordenadoria de Apoio ao Deficiente Integrado. Paralelamente à CADI foram criadas salas-recurso na APAE. Assim, formou-se uma rede de informação e capacitação e apoio para as Escolas Regulares, permitindo a integração de alunos com deficiência mental na Rede Regular de Ensino.

No ano de 1997, priorizando a prevenção e o atendimento na própria Escola Regular, criou-se, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o PIPA - Projeto de Intervenção Psicopedagógica. Esse programa permitiu o atendimento anual de 560 alunos, matriculados em 4 escolas do município.

Ao longo de todo esse processo de crescimento e mudanças percebemos significativa modificação na visão da escola com relação ao aluno deficiente.

Entretanto, na prática, ainda persistem ações excludentes – implícitas e explícitas. Avaliamos que tais ações ocorrem mais pela dificuldade na atuação diária com o aluno deficiente do que por rejeição ao movimento de inclusão.

Portanto, o processo de inclusão encontrava-se em curso, tornando-se necessário ampliar as discussões e ações que só se efetivariam com a prática de ações inclusivas.

IV - PROPAER: mudança na prática

Em 2000, em substituição à CADI, criou-se a Coordenadoria de Educação Inclusiva, hoje renomeada GEI – Gerência de Educação Inclusiva. A GEI é composta por uma equipe multidisciplinar, que, além de acompanhar sistematicamente os alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares, tem como objetivos discutir e orientar quanto aos problemas específicos de cada unidade escolar; propor metas de atuação com os alunos; apoiar o corpo docente; realizar avaliações psicopedagógicas e fonoaudiológicas de alunos; e oferecer orientações às famílias e às escolas, favorecendo o ingresso e a permanência do aluno na Escola Regular.

Para que o compartilhamento de informações entre os ensinos especial e regular efetivamente aconteça, tornou-se necessária a criação de meios e instrumentos que orientem a ação dos profissionais da educação, tanto especial como regular, numa perspectiva inclusiva.

Foi nesse cenário que a GEI elaborou o PROPAER – Projeto de Parceria e Apoio APAE/Escola Regular, que pretende implementar alternativas efetivas para favorecer o processo de inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência e de Necessidades Educacionais Especiais.

Atualmente o PROPAER se desdobra em 7 serviços, expostos resumidamente a seguir.

1 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO (SAPp)

A GEI oferece esse serviço aos alunos matriculados em escolas regulares, em duas modalidades de atendimento:

- individualizado e/ou em grupo na própria escola; e
- através do PROPEI – Projetos Pedagógicos para a Educação Inclusiva, desenvolvido na sala de aula: Construir o Aprender; Movimentar e Transformar; Viver e Aprender; Contar e Recontar.

O trabalho é realizado em parceria com os educadores da escola, com os pais e com a equipe da GEI - psicólogos, fonoaudióloga, pedagoga, assistente social e professores.

Na realização do nosso trabalho psicopedagógico, buscamos enxergar a criança como uma pessoa capaz, desejosa do aprender. Esse aprender que, na maioria das vezes, lhe chegou de forma sofrida, com atividades padronizadas, sem respeitar sua maneira individualizada e única de interagir e de apreender novos conhecimentos.

Dessa forma, um recurso amplamente utilizado nos atendimentos são os jogos desenvolvidos pelo PROPEI.

O recurso dos jogos alia a interação entre os alunos que apresentam dificuldades em suas trajetórias e aqueles que seguem o curso esperado, sem empecilhos. Essa

convivência mediada favorece experiências de aprendizagem compartilhadas, com ganhos para todos os alunos.

2 - SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E APOIO ESCOLAR (SAAE)

Esse serviço constitui-se no acompanhamento escolar de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino. É feito pelos profissionais da APAE, em especial pela equipe da GEI. Oferece às escolas apoio e orientação ao aluno, aos professores, aos técnicos. Estuda e propõe adaptações nas metodologias, currículos, gradação, ritmo e avaliações, visando a favorecer a trajetória escolar do aluno.

3 - SERVIÇO DE AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA (SEAPp)

Seu principal objetivo é auxiliar a Escola Regular no diagnóstico e análise de dificuldades de aprendizagens e/ou emocionais apresentadas pelos alunos, a fim de elaborar estratégias de intervenção no processo socioeducacional do aluno/ professor/ família.

Desdobra-se em dois momentos distintos e integrados. No primeiro momento, que acontece no primeiro semestre letivo, é feita a avaliação em si. No segundo momento, a partir do segundo semestre letivo, é feita a reavaliação do aluno. A reavaliação busca informações sobre o processo de desenvolvimento do aluno que foi avaliado no primeiro semestre.

4 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À FAMÍLIA (SIAF)

O Serviço Social funciona com um Programa de Apoio à proposta pedagógica do setor. De uma forma geral, procura assegurar a participação da família no processo de desenvolvimento do aluno, oferecendo aconselhamentos e apoio, sensibilizando a família a assumir ações assertivas na minimização e superação de conflitos.

5 - SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL (SECAP)

Este Serviço busca a troca constante de informações, conhecimentos e experiências, fomentando o debate, propondo e discutindo ações afirmativas sobre o processo de inclusão.

Oferece à comunidade – em especial às escolas - cursos de capacitação, palestras, minicursos, oficinas pedagógicas, seminários, ciclos de debate, de atualização e de aperfeiçoamento profissional. Em sua execução, esses cursos contam com o apoio e a participação de toda a equipe da APAE.

6 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO COMPLEMENTAR (SAC)

Na execução de suas ações a APAE, por intermédio da GEI, desenvolve ações complementares e suplementares, com abordagens profiláticas e terapêuticas, nas Áreas da Educação e da Saúde, em especial da Saúde Mental. Atualmente o SAC oferece 5 programas de apoio à comunidade:

6.1 - Psicoterapia

Os atendimentos, individuais ou em grupo, ocorrem em consultórios – salas de poio – da APAE, em sessões com duração de 50 minutos, com frequência semanal ou quinzenal. A clientela é constituída por crianças e adolescentes (alunos da APAE ou de escolas regulares) e adultos (pais de alunos). Os clientes são encaminhados para atendimento psicoterápico após avaliação do Serviço de Diagnóstico da APAE. No caso de alunos internos, que já foram avaliados e que passaram a apresentar necessidade de acompanhamento, o encaminhamento se faz mediante solicitação do professor ao gerente do setor onde o aluno está vinculado.

6.2 – Grupo Operativo de Pais e Mães

Constitui-se em uma abordagem operativa – mediada por uma tarefa – de dificuldades/ problemas enfrentados pelo sujeito e/ ou pelo grupo. Apresenta-se como um espaço-tempo coletivo de troca de informações e de experiências, de reflexão, de análise e de

síntese de aspectos/ conteúdos inconscientes ou não, que interferem negativamente nas relações familiares e dificultam/inibem o processo de desenvolvimento dos filhos.

A clientela é constituída por familiares de alunos externos e internos – pais, mães, irmãos, etc. O grupo é organizado através da divulgação do trabalho (cartazes, bilhetes, convites pessoais feitos por professores e técnicos, etc.) e as reuniões são noturnas, com duração de 90 minutos e freqüência mensal ou quinzenal. A duração e a freqüência dos encontros são combinadas, geralmente, na 1ª. reunião.

6.3 – Psicomotricidade/ Reeducação Psicomotora

O objetivo principal é o trabalho com crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem em função de desordens psicomotoras.

Os atendimentos são individuais e/ou em grupo. São feitos dois atendimentos semanais.

Na sessão de psicomotricidade prioriza-se a superação da dificuldade psicomotora, sem desprezar os outros aspectos importantes para o seu desenvolvimento global, para maior adaptação corporal, motora e afetiva.

Os elementos básicos ou pré-requisitos, condições mínimas necessárias para uma boa aprendizagem, constituem a estrutura da Psicomotricidade.

6.4 - Sala de Reeducação de Leitura, Escrita e Cálculo

SRLE – Sala de Reeducação de Leitura e Escrita tem, como objetivo principal, trabalhar com crianças (internas e externas) que apresentam distúrbios na comunicação e aprendizagem da leitura, escrita e cálculos matemáticos.

Os atendimentos são individuais e/ou em grupo. Abordam distúrbios na comunicação e dificuldades na alfabetização, na leitura/interpretação, escrita/ produção e nos cálculos matemáticos.

6.5 – Sala Recurso DV

Oferece Ensino Braille, orientação e mobilidade para alunos com deficiência visual e estimulação sensorial para alunos portadores de visão subnormal.

Os atendimentos são individuais e semanais. O planejamento das atividades para cada aluno envolve estimulação sensorial, orientação e mobilidade, leitura e escrita Braille,

aprendizagem do uso do cubaritmo, apoio pedagógico para os alunos de visão subnormal.

Este Serviço também confecciona material em Braille, em alto relevo e no concreto para auxiliar alunos cegos e de visão subnormal, favorecendo o ambiente de leitura, ajudando-os a se manterem informados dos acontecimentos e participando dos eventos escolares.

Oferece ainda apoio e orientação à família do aluno e aos professores da APAE e das escolas regulares, auxiliando no relacionamento com o aluno, nas adaptações dos conceitos trabalhados em sala de aula e ampliando as condições que favoreçam seu desenvolvimento global nas áreas cognitiva, psicomotora e sócio-afetiva.

7- SERVIÇO DE AVALIAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA (SAF)

O objetivo geral deste Serviço é trabalhar a detecção precoce dos distúrbios nas áreas de fala, voz, audição e linguagem oral e escrita, favorecendo uma boa qualidade de vida e conseqüentemente melhor relação ensino-aprendizagem.

Além da avaliação, o Serviço oferece orientações ao aluno, à família e ao professor, buscando criar estratégias de superação ou minimização dos distúrbios apresentados.

V – Conclusão

Consideramos que o PROPAER é um conjunto integrado e articulado de estratégias de análise, diagnóstico e intervenção nos processos de desenvolvimento, aprendizagem, adaptação e desempenho de alunos com histórias (ou em risco) de fracasso escolar, social e/ou relacional.

Dessa maneira, trata-se de um caminho – entre os muitos possíveis - construído numa história de lutas, conquistas e desafios.

Nesse sentido, acreditamos que a APAE – Pará de Minas tem desenvolvido esforços para acompanhar as mudanças históricas. Em certos momentos, pôde ser testemunha da história. Em outros, foi personagem. Em alguns, foi autora.

Entretanto, em todos eles viveu suas conseqüências - boas e más.

A GEI nasceu nessa caminhada. O PROPAER foi concebido e gerado nos sonhos e na prática efetiva. Transformou-se numa ferramenta – parcial e limitada – para a diminuição e superação de distâncias reais e imaginárias, simbólicas e concretas, que separam escolas e alunos, dificultando a implementação de uma educação de qualidade para todos.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Ligia Assumpção. *Pensar a diferença: deficiência*. Brasília: Corde, 1994, p.19.
- COELHO, Eunice Margaret. Sobre a inclusão... *Revista Psicopedagógica*, nº4 p.17, 2000.
- CORRÊA, Rosa Maria. *Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001 – pp. 156-157 e p.12.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 1999 pp 50-51.
- DELLORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERNÁNDEZ, Alícea. *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FONTANA, Roseli. *Como nos tornamos professoras?* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudanças na educação: projetos de trabalho*. Trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre, ArtMed, 1998
- MINAS GERAIS. *ESCOLA SAGARANA*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 1999. (Coleção Lições de Minas)
- PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Trad. Patrícia Ramos. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- WERNECK, Cláudia. *Ninguém vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- ZILIO, Marisa Potiens. O papel do psicopedagogo no processo de integração do portador de deficiência. *Revista Psicopedagógica*, nº 17 p.7, 1998.